

## CONGRESSO

# Corrida para votar reforma

Deputados, técnicos e integrantes da Fazenda se reúnem para fechar proposta, cuja expectativa é ir ao plenário amanhã

» MAYARA SOUTO  
» JÚLIA PORTELA

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou, ontem, que a expectativa é de votação até amanhã da reforma tributária na Câmara. Relator da matéria, adiantou que será mantida a "trava" de 26,5% para a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), atualmente estimada em 27,91%, segundo o governo.

"O mais importante é garantir uma reforma que não ultrapasse essa trava de 26,5% de imposto sobre consumos e serviços", afirmou.

O grupo de trabalho da reforma reuniu-se, ontem, na Câmara, para debater o texto. De manhã, o encontro foi entre deputados e técnicos e, à tarde, com representantes do Ministério da Fazenda. Os parlamentares apresentaram o que foi debatido ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Segundo Lopes, as reuniões no fim de semana demonstram a preocupação em acelerar a votação.

Lopes afirmou estar otimista sobre a capacidade de arrecadação e, em especial, com o cashback. "Vamos criar o melhor sistema tributário do planeta, o mais tecnológico e popular. Quando você coloca o cashback, cobra-se mais de quem ganha mais e menos, de quem ganha menos, porque devolve-se os impostos. E a capacidade arrecadatória é muito positiva. Acaba com sonegação, fraude e inadimplência", observou.

Lopes não quis antecipar quais mudanças serão acatadas e rejeitadas do texto que voltou do Senado. Disse, porém, que 90% do que foi alterado eram questões técnicas e 10% dependem de discussão política.

Um dos tópicos modificados é a decisão de equiparar a carga tributária dos serviços de saneamento básico aos de água e esgoto. Isso impactaria diretamente a trava de 26,5% da alíquota. Lopes crê que o cashback pode ser uma solução para respeitar o percentual.

No pacote de ajuste fiscal, há, ainda, três propostas em tramitação

Ed Alves/CB/D.A Press



ção na Câmara. A primeira sobre a limitação do ganho real do salário mínimo aos limites do arcabouço fiscal — ou seja, correção pela inflação e ganho real entre 0,6% e 2,5%. A segunda estabelece um corte

gradual do acesso ao abono salarial de um salário mínimo por ano. E a terceira, o Projeto de Lei Complementar 210/24, que autoriza o governo a limitar a utilização de créditos tributários caso haja de-

ficit nas contas públicas.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), cancelou todas as sessões de comissões para levar as discussões direto ao plenário e agilizar a votação.



**Vamos criar o melhor sistema tributário do planeta, o mais tecnológico e popular. Quando você coloca o cashback, cobra-se mais de quem ganha mais e menos, de quem ganha menos, porque devolve-se os impostos. E a capacidade arrecadatória é muito positiva. Acaba com sonegação, fraude e inadimplência"**

**Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG),**  
relator da reforma tributária

## Parlamentares querem R\$ 177 bi para emendas

» DENISE ROTHENBURG

O balanço geral das emendas que deputados e senadores apresentaram à proposta da lei orçamentária para 2025 indica que o céu é o limite e a guerra pelos recursos públicos continuará tão intensa quanto foi em 2024, com os deputados querendo impor sua vontade na liberação do dinheiro — e o Poder

Executivo tentando driblar grande parte dessas propostas. O levantamento do Congresso indica que os parlamentares querem destinar R\$ 177,2 bilhões a obras e serviços de sua escolha para o ano que vem, distribuídos num total de 7.176 emendas.

São 6.682 emendas individuais e 494 coletivas. As emendas individuais respondem por R\$ 24,5 bilhões, enquanto as

coletivas — apresentadas por bancadas estaduais e comissões — chegam a R\$ 152,6 bilhões.

A saúde concentra maior volume dos pedidos — são R\$ 53,9 bilhões, sendo R\$ 40,8 bilhões em emendas coletivas e R\$ 13,1 bilhões em individuais. As impositivas — de liberação obrigatória — somam R\$ 20,4 bilhões, sendo a metade desse valor (R\$ 10,1 bilhões) apresentada pelos deputados.

Os senadores pediram R\$ 2,9 bilhões em emendas na saúde. As das bancadas estaduais, solicitadas coletivamente, somam R\$ 7,3 bilhões em impositivas — a que não é de liberação obrigatória, R\$ R\$ 33,4 bilhões, dificilmente será liberada. A avaliação é de que, se for para atender tudo o que os deputados querem, o governo não terá recursos para programas importantes — como

vacinas, por exemplo.

As emendas de comissões técnicas das duas casas prometem concentrar a maior queda de braço entre Legislativo e Executivo. Foram solicitados R\$ 64,1 bilhões pelas comissões da Câmara dos Deputados, e R\$ 48,8 bilhões pelas do Senado. Em conversas reservadas, muitos parlamentares dizem que é aí que se dará a briga em relação ao

Orçamento de 2025 e o toma lá dá cá na hora de votar projetos importantes.

Diferentemente dos R\$ 24,5 bilhões em emendas individuais de deputados e senadores, as de comissão não são de liberação obrigatória. Os colegiados da Câmara, por exemplo, pedem R\$ 17,9 bilhões em emendas para a saúde, que podem ficar paradas no governo.

Informe Publicitário

## Zona Franca de Manaus é patrimônio do Brasil.

A **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)** entende como essencial para a economia do Brasil a manutenção do modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM) e as Áreas de Livre Comércio (ALCs). O Polo Industrial do Amazonas fornece para o país 98% de tudo o que produz e o Comércio corresponde a 60% de toda a arrecadação do estado. A ZFM gera empregos para vários brasileiros e qualquer **alteração em seu funcionamento vai afetar diversos estados**, sobretudo os que fazem parte da Amazônia Ocidental como: Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.

"Não há como sustentar a atividade comercial sem a geração de emprego e renda. É falta de brasilidade não reconhecer o papel estratégico que o modelo tem para preservação da Amazônia", destaca o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.



**CNC** • Federações • **Sesc** • **Senac**

Sistema Comércio